

Jornal *O Popular* na ditadura militar: as vozes silenciadas em 1969¹

Gabriela Rosália da Silva SÉRGIO²
Carolina Abbadia MELO³

RESUMO

A análise de conteúdo das matérias jornalísticas sobre os segmentos da sociedade civil organizada que se posicionaram em 1968 contra a Ditadura Militar e que em 1969 conquistaram espaço no jornal goiano *O Popular* foi possível a partir do mapeamento de notas, notícias e reportagens divulgadas pelo periódico no período. Com a contribuição da análise do enquadramento dado pelo jornal às matérias, observou-se que as únicas vozes de fato ouvidas eram aquelas que tinham a aliança com o governo militar.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura militar, imprensa goiana, o popular

O trabalho busca analisar como o *Jornal O Popular*, no primeiro semestre de 1969, abordou os segmentos da sociedade civil e os movimentos nacionais e regionais que, de alguma forma, posicionaram-se como oposição à ditadura militar. O ano de 1968 foi o ano da revolução dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, como: clero, estudantes, professores, artistas, dentre outros, que foram às ruas exigir seus direitos e lutar por liberdade e liberalização da política nacional. Contrapondo-se ao ano de 1968, o ano de 1969 caracterizou-se pelo clima de terror entre a sociedade e os militares. Para compreender este período específico buscou-se entender de que forma os movimentos civis nacionais e regionais conseguiram, ou não, entrar na pauta de interesses do jornal goiano *O Popular*, após o AI-5.

No Brasil, os movimentos sociais que foram desarticulados e perseguidos, após o golpe de 1964, já estavam rearticulados e atuantes em 1968. Para Lins (2011), mesmo de forma molecular, o movimento operário, por exemplo, fez ressurgir as greves que eclodiram em Contagem/MG e em Osasco/SP. O 1º de maio de 1968, em São Paulo, ficou marcado pela ação dos jovens operários e estudantes que subiram e queimaram o palco

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste realizado de 19 a 21 de maio de 2016.

² Discente do curso de Jornalismo da PUC-GO. Email: gabrielarosaliaa@gmail.com

³ Orientadora do projeto de pesquisa. Professora do curso de Jornalismo da PUC-GO, mestre em Mídia e Cidadania pela UFG. E-mail: casadetijolo@gmail.com.

onde ocorria a comemoração do Dia do Trabalho. Tal ação foi motivada pela presença do governador paulista, Abreu Sodré, às comemorações, em virtude de este ter sido nomeado pelos militares.

Após o AI-5, especificamente em 1969, a imprensa em Goiás e no Brasil submetia-se a uma autocensura como medida de sobrevivência. Durante essa fase mais rigorosa da ditadura que, em O Popular, se registrou sucessivas proibições. Para entender qual foi o enquadramento dado pelo jornal aos movimentos de oposição à ditadura e, assim, perceber como o veículo fez, ou não, para viabilizar as vozes destes movimentos foi um dos interesses da análise. A abordagem dada aos segmentos da sociedade civil organizada contribui para revelar a política do jornal O Popular no primeiro semestre do ano de 1969.

1.1 A Ditadura militar no Brasil: ano de 1969

O ano de 1969 caracterizou-se pelo clima de terror entre a sociedade e os militares. Segundo Torres (2010), os veículos de comunicação estão entre os que mais sofreram com o regime. Após a edição do Ato institucional de número 5 (AI-5), redigido pelo ministro da Justiça, Gama e Silva, em 13 de dezembro de 1968, institui-se a censura como ferramenta de controle para as manifestações da sociedade que criticavam o governo atuante.

Centralizando e concentrando poderes, calando e reprimindo as oposições, o Ato Institucional número 5 foi extremamente funcional para dar cobertura às políticas de modernização conservadoras empreendidas pela ditadura. Partindo da ótica dos meios de comunicação, percebe-se que, neste período, a informação apresentada para o público era construída e interpretada a partir de interesses estabelecidos por quem detinha dos poderes econômicos e políticos, de forma mais intensa (TORRES, 2010).

Para Torres (2010), nesse período histórico, as vítimas da tortura não poderiam mais recorrer aos veículos noticiosos para fazer denúncias de crimes do governo. Como bem exemplifica o autor, sobre a censura imposta aos meios de comunicação:

Para exemplificar a gravidade da situação, pode-se relembrar um fato ocorrido em 02 de abril de 1964. Nesse dia, o canal de televisão Jornal do Commercio divulgou a imagem do dirigente comunista Gregório Bezerra, sentado seminu no pátio do quartel da Casa do Forte, após ter sido amarrado

à traseira de um jipe, arrastado pelos bairros do Recife e espancado com uma barra de ferro em praça pública, por um oficial do Exército¹⁴. Em 1969, os torturados pelo regime não podiam mais contar com a imprensa para denunciar os crimes do governo. Somente os crimes daqueles que partiram para a clandestinidade ganhavam espaço na imprensa da época. (TORRES, 2011, p.86).

Um dos fatos que se tornou bastante significativo no embate à censura na ditadura militar ocorreu no dia seguinte ao AI-5, protagonizado pelo Jornal do Brasil, quando o impresso, em sua primeira página, no canto superior direito, anunciou: “Ontem foi o dia dos cegos”. No canto superior esquerdo complementou a informação com o quadro sobre a previsão do tempo, em que metaforicamente apontava para as turbulências políticas. Para Castilho (2010), tais medidas referenciavam os tempos difíceis do país (CASTILHO, 2010, p.3).

Assim como em todo país, a prática de opressão e repressão repercutiu intensivamente nos meios de comunicação goianos. Os registros do regime militar deixaram traços históricos na imprensa do estado de Goiás, que mesmo julgados como extremamente relevantes, não apresentam muitos dados, estudos e pesquisas no que tange a relação da prática jornalística em meio ao período de censura.

1.2 Jornal O Popular

Pertencente ao grupo goiano Jaime Câmara, o Jornal O Popular foi criado em 03 de abril de 1938, tornando-se um dos veículos de comunicação do Estado mais importantes. O jornal foi o único a sobreviver ao período da ditadura (GODINHO, 2004).

Após o AI-5, em O Popular se registrou sucessivas proibições. “Estas chegavam de manhã, à tarde, à noite, nas madrugadas. Vinham por escrito e até por telefone. Muitas vezes tivemos que desmanchar páginas inteiras para que o jornal não fosse recolhido e destruído pela censura” (GODINHO, 2004, p.19).

Entretanto, segundo Jávier Godinho (2004), a pressão e coerção à imprensa goiana foram estabelecidas logo no princípio do governo militar, em 1964, pelos próprios agentes e sujeitos vinculados à política do Estado de Goiás, sem serem necessariamente direcionados pelas imposições de Brasília. “Na realidade, não havia aqui veículos de

comunicação social ligados ao governo deposto de João Goulart. Existiam neles alguns jornalistas simpatizantes do processo esquerdizante em efervescência nacional” (GODINHO, 2004, p.17).

Para entender a atuação do jornal no primeiro semestre do ano de 1969 a pesquisa consiste na avaliação de como o jornal *O Popular*, de Goiás, abordou os movimentos de oposição à ditadura militar. As etapas da pesquisa foram divididas em: levantamento do referencial teórico e pesquisa bibliográfica para contextualizar historicamente o ano de 1969; coleta de dados (mapeamento das notas, notícias, reportagens e editoriais sobre movimentos que se manifestavam em oposição à ditadura militar ou ao governo militar publicados no jornal *O Popular* no primeiro semestre de 1969); e, por fim, fechamento de um recorte para a análise do enquadramento dado pelo jornal aos segmentos da sociedade civil organizada: ou seja, todas as matérias que saíram no período sobre estudantes, jornalistas, clero e artistas. As matérias sobre a oposição consentida, por meio do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), não foram incluídas à análise de enquadramento.

Nesse ponto, buscou-se identificar o enquadramento noticioso e interpretativo dos segmentos sociais que foram retratados nas páginas do jornal goiano. Entende-se por enquadramento os padrões de interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão que organiza o discurso da mídia de forma rotineira. Sendo assim, os enquadramentos são entendidos como recursos que organizam o discurso através de práticas específicas, como de seleção, ênfase e exclusão, etc, e que contribuem para construir uma determinada interpretação dos fatos (PORTO, 2002).

Define-se como “enquadramento noticioso” os padrões “de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos”. Portanto, trata-se do enquadramento dado ao fato pelo jornalista, ou seja, o ângulo da notícia, que “destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros” (PORTO, 2002, p. 15).

Já os “enquadramentos interpretativos” são os padrões de interpretação promovidos por atores sociais diversos (governo, partidos políticos, movimentos sociais, associações, etc) que promovem uma avaliação particular de temas, “incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações, etc”. No espaço das notícias e reportagens, seriam os enquadramentos interpretativos das fontes utilizadas no relato

jornalístico e selecionadas pelo “enquadramento noticioso”. O enquadramento interpretativo pode ser apresentado e elaborado também pelo veículo de comunicação, por meio do espaço da manifestação de sua opinião, em editoriais (PORTO, 2002, p. 15).

A identificação do enquadramento das reportagens, notícias e notas no jornal é possível através da análise de conteúdo quantitativa e qualitativa, caracterizada como um método de pesquisa que analisa textos encontrados na mídia com o intuito de elaborar inferências sobre seus conteúdos e formatos “enquadrando-os em categorias previamente testadas” (HERSCOVITZ, 2010, p. 127).

Segundo Herscovitz (2010), o método pode ser utilizado para detectar tendências de enquadramentos no jornalismo impresso. A análise de conteúdo ajuda a entender um pouco mais sobre quem produz a notícia e também a estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens.

1.3 Resultados

Como forma de levantar informações acerca da sociedade civil organizada, em oposição à ditadura militar, realizou-se o mapeamento de dados no Jornal O Popular durante o primeiro semestre de 1969. Os materiais de análise deram-se por meio de notícias, reportagens, notas e editoriais, analisados mês a mês. Sendo assim, em primeira instância realizou-se o levantamento de dados no veículo, com o objetivo de quantificar os movimentos de oposição à ditadura militar que tiveram visibilidade nas páginas do jornal O Popular.

A tabela seguir representa a quantidade de informações acerca de movimentos em oposição à ditadura militar que foram divulgadas nas páginas do impresso por meio de notas, notícias, reportagens e editoriais:

TABELA 1

	Notas/Notícias/Reportagens	Editorial	TOTAL
JANEIRO	2	0	2
FEVEREIRO	5	0	5

MARÇO	2	0	2
ABRIL	4	0	4
MAIO	1	1	2
JUNHO	11	0	11
TOTAL	25	1	26

Tabela 1. Quantidade de informações sobre os movimentos em oposição à ditadura militar abordadas no Jornal O Popular, no primeiro semestre de 1969.

Com o objetivo de apresentar o *corpus* da pesquisa, a tabela a seguir expõe o título de todas as matérias publicadas no jornal no primeiro semestre de 1969 que retratam a ação dos movimentos ou fazem referências aos movimentos que se posicionavam contra as diretrizes do governo militar. Dentre o *corpus* estão as notícias, reportagens e editoriais, sem a distinção entre eles, mês a mês:

TABELA 2

JANEIRO

02-01-1969 - *Professores pedem mudanças em manifesto que condena repressão*

07-01-1969 - *Jornalista condenado por calúnia*

FEVEREIRO

12-02-1969 - *Clero, estudantes e imprensa vão ser investigados pelo supremo IMP*

20-02-1969 - *Oposição crê que o governo reforma para popularizar*

21-02-1969 - *Termina com relatório a reunião clero-militar*

26-02-1969 - *Limo dialoga sobre o papel do MDB*

27-02-1969 - *MDB inativo*

MARÇO

18.03.2016 - *MDB não cogita reunir-se em breve*

18-3-1969 - *CAPA- Arena reúne-se para aceitar as renúncias (1)*

ABRIL

08-04-1969 – *Oposição busca rumo*

10-04-1969 - *Pág 4. - Goiás rejeita reunião do MDB (2)*

10-04-1969 - *Pág. 3 - Clero goiano elabora dia 22, temário para reunião na CNBB*

15-04-1969 - *Capa- Censura proíbe apresentações de balé russo*

MAIO

01-5-1969 - *pág. 7 - (EDITORIAL) As tragédias as violências*

25-5-1969 - *Pág. 5 - Reforma política e pluripartidarismo*

JUNHO

02-06-1969 - *p. 5 - MDB Continua esperando garantias para agir*

04-06-1969 - *p. 5 - MDB nacional opta pela luta política*
 04-06-1969 - *p.5 - Arena e MDB encontram dificuldades*
 05-06-1969 - *CAPA - Arena e MDB Começam luta de reconstrução*
 07-06-1969 - *p.5 - MDB acha difícil reunir os membros do diretório (1)*
 07-06-1969 - *p.5 - MDB mineira analisa tese da eleição*
 08-06-1969 - *p. 4 - Desvantagens do MDB*
 10-06-1969 - *p.5 - Oposição exige garantia mínima*
 13-06-1969 - *CAPA - MDB expõe ao ministro seus problemas*
 15-06-1969 - *p.5 - Oposição irá a luta contra o voto distrital*
 20-06-1969 - *CAPA - MDB diz atendido em apenas 30 por cento*

Tabela 2. Corpus da pesquisa.

Um dos objetivos da pesquisa é mapear todos os movimentos de oposição à ditadura militar que conquistaram visibilidade e foram retratados pelo jornal *O Popular* no segundo semestre de 1969. Da totalidade do material textual divulgado nas páginas do jornal, foram mapeados e quantificados de forma específica a visibilidade dos seguintes movimentos: movimento estudantil (nacional e regional); movimentos artísticos; clero; e a oposição autorizada por meio do único partido de oposição legal, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Especificamente sobre esses movimentos, o quantitativo de materiais veiculados no jornal é apresentado na tabela abaixo:

TABELA 3

Movimentos sociais	Mês	Notas/Notícias/ Reportagens	Editorial	TOTAL
Movimento Estudantil	Fevereiro/Maio	1	1	2
Professores	Janeiro	1	0	1
Movimentos Artísticos	Abril	1	0	1
Oposição Autorizada (MDB)	Fevereiro/ Março/Abril/M aio/ Junho	17	0	17
Clero	Fevereiro / Abril	3	0	3
Imprensa	Janeiro	2	0	2
TOTAL	--	25	1	26

Tabela 3. Quantidade de informações divulgadas especificamente sobre os movimentos estudantis (nacional e regional); movimentos artísticos, MDB e clero no primeiro semestre de 1969.

De acordo com a Tabela 3, percebe-se que as informações sobre organizações de oposição à ditadura que mais tiveram espaço retratado no jornal O Popular no primeiro semestre dizem respeito à oposição autorizada pelo governo militar, por meio do partido MDB. Ou seja, comparando o quantitativo de matérias jornalísticas sobre o MDB, tendo como referência a totalidade de 26 textos jornalísticos quantificados na Tabela 1, pode-se dizer que 69,2% dos materiais divulgados no jornal dizem respeito ao partido de oposição; 19,2% dizem respeito aos movimentos de oposição da sociedade civil organizada; e outros 11,5% remetem a assuntos que abordam a ação clerical.

a) Enquadramento

No jornal O Popular destacou-se do corpus da pesquisa seis notícias, para melhor entender o posicionamento do jornal O Popular, no ano de 1969. Este recorte diz respeito a todo o material jornalístico (enquanto nota, notícia, reportagem) produzido sobre os segmentos sociais, como: clero, estudantes, professores, imprensa e artistas.

No mês de janeiro, o veículo trouxe a notícia do dia 02 intitulada: “*Professores pedem mudanças em manifesto que condena repressão*”. Avaliando as escolhas feitas pelo jornalista para a construção da notícia, percebe-se tanto no título quanto no lide a informação valorizada sobre a indignação por parte dos professores, expressada por orações como: “condena repressão”, “violação às liberdades democráticas” e “pela defesa da liberdade em nosso país. O enquadramento interpretativo ficou por conta da fala expressa no manifesto e divulgada pelo jornal, nenhuma outra fonte foi ouvida:

Manifesto assinado por 240 professores universitários e do ensino médio de Goiás lançou ontem o protesto da classe contra o que o documento chama de "violação às liberdades democráticas" e advertiu "todos aqueles que, por ação ou omissão, são responsáveis pela continuidade desse insuportável estado das coisas". O documento, que foi subscrito, segundo os manifestantes, "depois de profundas reflexões sobre a realidade educacional brasileira", externa as apreensões e preocupações da classe e conclama todos os professores a se unirem "pela defesa da liberdade do ensino em nosso país e pela garantia dos direitos humanos constantemente ameaçados". (O Popular, 02-01-1969, p.4).

Cinco dias depois, foi pauta uma notícia com o título: “*Jornalista condenado por calúnia*”, que obteve como critério de seleção o fato de o jornalista, o então diretor do

Diário Fluminense, ter sido o primeiro do Rio de Janeiro a sofrer sanções estabelecidas na nova lei da imprensa. O que se deve ressaltar nesta notícia é o fato de ao longo da notícia o jornalista condenado não ter sido ouvido, apenas ressaltou-se o motivo da condenação. Sendo assim, como nenhum ator social foi entrevistado e teve a fala retratada na matéria, não se levou em conta o enquadramento interpretativo:

O jornalista vinha escrevendo, há três meses artigos contra o govêrno do Estado, que os considerou caluniosos e tomou a iniciativa de processá-lo, através da procuradoria Geral. O Juiz Jovino Machado Jordão enquadrou o Diretor do Diário Fluminense em artigos da nova lei de imprensa e do Código Penal. O Sr. Pilates Magalhães Matos é o primeiro jornalista no Estado a sofrer sanções estabelecidas na nova lei de imprensa. (O Popular, 07-01-1969, p.7)

Em 12 de fevereiro de 1969, o jornal trouxe a matéria como o título: “*Clero, estudantes e imprensa vão ser investigados pelo supremo IMP*”, em que o Conselho de Segurança Nacional (CSN) enumerou como foco de perturbação da vida nacional a ação do clero, dos comunistas das universidades e dos veículos de televisão. Percebe-se nesta matéria a falta de voz dos investigados (clero, estudantes e imprensa) como resultado da pragmática jornalística que, por ética e princípio, teria que dar voz a todas as pessoas envolvidas. O enfoque do lide e ao longo de toda a matéria, que ocupa em torno de uma lauda, é valorização apenas da versão do CSN:

Na exposição de motivos que encaminhou ao Presidente da república noticiando a instituição da comissão Geral de Inquérito Policial Militar, o Conselho de Segurança Nacional enumerou em primeiro lugar, como foco de perturbação da vida nacional, a ação do clero "progressista" (as aspas constam do documento oficial). (O Popular, 12-02-1969, p.5)

No mesmo mês, com uma matéria do dia 21 de fevereiro, O Popular traz o seguinte título: “*Termina com relatório a reunião clero-militar*”. A matéria de cinco parágrafos, pouco informativa, apenas relata que houve a conclusão no Rio de Janeiro de uma série de cinco reuniões aonde foram analisadas “a atual realidade brasileira”, com a presença do clero, Forças Armadas e classe empresarial, “não comprometidos com o governo”. Relata-se a elaboração de um documento, mas não traz nenhuma informação sobre seu conteúdo, apenas que será posteriormente divulgado. Nenhuma fonte foi ouvida, apenas foram divulgados os nomes dos presentes na reunião. Ao final da matéria, deixa-se claro que para

a realização do encontro foi “solicitado autorização do governo” (O Popular, 21-02-1969, p.4)

Em abril de 1969, uma notícia veiculada no jornal com o título: “*Censura proíbe apresentações de balé russo*”, relata a interdição em todo país de uma companhia de balé da Rússia, que se apresentava em Belém. A matéria apresenta como justificativa para ato de censura, uma cena em que o grupo canta o que intitulam de a “Internacional”. Contudo, no decorrer da notícia, não se explica o que esta cena significa ou simboliza, limitando-se apenas à fala da única fonte retratada: a do diretor do Serviço da Censura da Polícia Federal, Cel Aloyio Mulethater, que proibiu o espetáculo afirmando: “o fato de o terem transformado num espetáculo político, o que é considerado inadmissível”. (O Popular, 21-02-1969, p.4).

A matéria publicada no dia 10 de abril de 1969 intitulada “*Clero goiano elabora dia 22, temário para reunião na CNBB*” traz como conteúdo a notícia de uma reunião realizada em Goiânia, com o intuito de estudar os problemas da região. A matéria sem conteúdo muito informativo apenas valoriza a reunião a ser realizada entre o clero regional. (O Popular, 21-02-1969, p.4).

1.4 Considerações finais

O projeto de pesquisa fez o levantamento do referencial teórico e pesquisa bibliográfica para contextualização do ano de 1969; assim como a pesquisa a campo com o objetivo de fazer o levantamento das matérias jornalísticas sobre os movimentos em oposição à ditadura militar que foram veiculadas em notas, notícias, reportagens e editoriais no primeiro semestre do jornal O Popular.

O mapeamento de dados no jornal goiano possibilitou a quantificação de todo o material textual divulgado sobre os movimentos que se posicionavam contra o governo militar. Ao todo, foram mapeados 26 textos, sendo 25 textos do gênero informativo (notas, notícias e reportagens) e 1 texto do gênero opinativo (editorial).

Entre os objetivos da pesquisa, há o que se direciona a mapear todos os movimentos de oposição à ditadura militar que conquistaram visibilidade no primeiro semestre de 1969, no jornal O Popular. A pesquisa conseguiu mapear, de forma específica, os seguintes movimentos: movimento estudantil e professores (nacional e regional); movimentos

artísticos; clero; imprensa e a oposição autorizada por meio do único partido de oposição legal, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

De acordo com os dados até agora levantados, pode-se dizer que a oposição autorizada pelo governo militar, por meio do partido MDB, foi a que mais obteve espaço no jornal goiano, por meio das matérias jornalísticas. Para se ter ideia, dos 26 textos jornalísticos divulgados sobre movimentos de oposição à ditadura, 69,2% retratam o MDB. Por outro lado, 19,2% desse material referenciam movimentos advindos do seio da sociedade civil organizada, como movimento estudantil e os movimentos artísticos. Outros 11,5% remetem a assuntos que abordam a ação clerical.

Sendo assim, a pesquisa realizado no Jornal O Popular, no ano de 1969, revelou que a linha editorial do jornal não privilegiou as vozes da oposição mesmo quando esta era pautada em suas páginas. De forma que se apresentavam os fatos, e as únicas vozes do discurso que obtinham espaço dentro do jornal era a do próprio governo.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, Marcio. **Censura e imprensa: o déficit de autonomia interpretativa do jornalista (1964-1978)**. Curitiba. Jul/dez. 2010.11 In: Coloque o link do artigo virtual. Acessado em: data do último acesso.

CODATO, Adriano Nervo. **Uma história política da transição brasileira: da tortura militar à democracia**. CIDADE: Editora, 2005.

CORREIA, Salatiel Pedrosa Soares. **A construção de Goiás: ensaio de desenvolvimento político e regional**. Goiânia: Editora PUC-GO, 2011.

GODINHO, Javier. **A imprensa amordaçada: contribuição à história da censura no Brasil – 1964 – 1984**. Goiânia: Editora, 2004.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan Herscovitz. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, Cláudia & BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da mídia e política**. Trabalho apresentado ao XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) (Sessão “Estratégias de Comunicação e Política: Teoria e Pesquisa” do GT Mídia e Política: Opinião Pública e Eleições), Caxambu (MG), Brasil, 22 a 26 de outubro de 2002 (material digitalizado).

SCHNNEERBERGER, Alberto Carlos. **História do Brasil**. Cidade: Editora, 2005.

TORRES, Lins Dulciane. **Brasil de 1964 a 1969: entre avanços e retrocessos**. Cidade: Editora, 2011.